



A Inter-relação entre Comunicação e Cidadania: os desafios da sua práxis na sociedade pós-moderna marcada pelo consumo¹

Silmara de Mattos SGOTI²

Cicília M. Krohling Peruzzo³

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Resumo

O objetivo do trabalho é refletir sobre a comunicação e a inter-relação com a concepção de cidadania na sociedade pós-moderna, marcada pelo consumo e o individualismo. Rever a obra do autor Zigmunt Bauman - a Modernidade Líquida – onde ele aborda o processo de liquefação da comunidade sólida na Modernidade. Refletir criticamente sobre os processos comunicacionais e midiáticos contemporâneo. Ver a possibilidade do resgate da práxis da cidadania através das mídias alternativas e comunicação comunitárias promovendo as narrativas originárias das demandas sociais das comunidades.

Palavras-Chave: cidadania; mídia alternativa; comunicação comunitária.

Na sociedade pós-moderna capitalista o conceito de desenvolvimento social está vinculado ao crescimento econômico e a evolução tecnológica, geralmente medido pelo poder de consumo e pela renda per capita. Este comprometimento ideológico com a financeirização do mundo e embebido pela tecnologia, onde as relações sociais se apresentam tecnicistas, faz necessário refletir sobre a inter-relação de comunicação e cidadania na sociedade pós-moderna. Criar um vínculo entre o campo comunicacional e cidadania é natural, mas ao mesmo tempo desafiador na contemporaneidade. Natural uma vez que comunicação no seu próprio significado etimológico (do substantivo *comunis* e do verbo *comunicare* ambos no latim) é a noção básica de cidadania. Desafiador porque o conceito originário da participação em comunidade evoluiu para a sociedade pós-moderna através dos tempos, e ocorre que “[...] as instituições, não sendo dado a priori, mas produtos da vida em sociedade, não imutáveis, elas são suscetíveis à mudanças a sob pressões de diferentes necessidades [...]” (Martinet, 1997, p.39). O processo histórico da cisão da unidade comunitária é caracterizado, sobretudo, pela evolução técnica que motivou os processos de industrialização, urbanização e

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Mestranda do Curso de pós-graduação em Comunicação Social da UMESP, email: sil.sgoti@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Comunicação Social da UMESP, Profa. Dra. Cicília M. Krohling Peruzzo, email: kperuzzo@uol.com.br



individualismo, além da massificação da comunicação por meios das mídias. São esses aspectos que definem o surgimento das sociedades pós-modernas, responsáveis pela atual concepção de cidadania, que se encontra, a partir do que foi colocado, prejudicada. Esse processo é responsável também pela identidade do sujeito pós-moderno, que está relacionada, segundo Hall (2005), à fluidez da própria sociedade na qual o indivíduo está inserido. O interesse de classe, em que predominavam as questões coletivas, perde espaço para os interesses particulares ou de grupos, o que aproxima o termo do próprio conceito de comunidade estética proposta por Bauman (2003).

Temos uma sociedade pós-moderna marcada pela estética, regida por um capitalismo que defende entre outras questões: consumo, a competitividade voraz, o individualismo e o lucro desmedido. A informação e a cultura são “vendidos” como produtos para serem consumidos a fim de influenciar toda uma vida em sociedade. Em contrapartida temos nos noticiários aumento das mazelas sociais numa crescente: desigualdade social, incapacidade de extinguir a fome, cidades violentas, discriminação de classe, racial e de gênero, fruto da total ausência da visibilidade do Outro como extensão do Eu refletida na ausência de um comportamento cidadão.

Bom eis o desafio: falar sobre inter-relação de comunicação e cidadania numa sociedade influenciada pelo consumo, e impregnada de uma comunicação midiaticizada por veículos comerciais financiados pelo Estado, que tem seus interesses políticos, que não refletem, por diversas vezes, os anseios das demandas sociais emergentes. Ou por seus anunciantes que estão preocupados com o consumo de suas marcas através dos espaços publicitários.

Há necessidade da discussão por uma mídia cidadã que resgate a midiaticização do diálogo, o partilhar da comunicação nas comunidades, a difusão da informação e da cultura originária destas pautas sociais, criando conteúdos, repertórios para o exercício da cidadania.

A Inter-relação entre Cidadania e Comunicação

Cidadania é histórica. Ela vai agregando dimensões conforme o desenvolvimento histórico da humanidade. Segundo Norberto Bobbio (1995, p.69), num primeiro processo ocorreu à passagem dos direitos de liberdade (de religião, de opinião,



de imprensa etc.) para os direitos políticos e sociais. Num segundo, ocorre a passagem da consideração do indivíduo humano (da pessoa), que foi o primeiro sujeito ao qual se atribuíram direitos naturais (ou morais), para sujeitos diferentes do indivíduo, como a família, as minorias étnicas e religiosas, toda a humanidade no seu conjunto, e além dos indivíduos humanos (considerados singularmente ou nas diversas comunidades reais ou ideais que as representam), até mesmo para sujeitos diferentes dos homens, como os animais.

Ocorre ainda um terceiro processo, a passagem do homem genérico (do homem enquanto homem) para o homem específico, ou tomado na diversidade de seus diversos status sociais, com base em diferentes critérios de diferenciação (o sexo, a idade, as condições físicas) e que tem direitos a tratamento e proteção diferenciados. Esse processo de multiplicação ocorre no âmbito dos direitos sociais. No âmbito do terceiro processo, referido por Bobbio (1996, p.60), estão os direitos de terceira geração, que surgem na segunda metade do século XX. São os direitos coletivos, de um povo, uma nação, uma comunidade, das minorias discriminadas (grupos étnicos etc.). A cidadania pode ser entendida de formas diversas – tanto no sentido individual como no coletivo – e possuem as dimensões civis, política e social (Marshall, 1967).

Na dinâmica intrínseca à conquista dos direitos de segunda e terceira gerações impulsiona um novo momento na história da luta pelos direitos humanos, quando se desenvolve a consciência do direito de ter direitos. Além disso, o benefício é reivindicado não para uma pessoa isoladamente, mas para todos aqueles que são privados dele, o que quer dizer que se luta pelo acesso coletivo (não individual) ao direito. O mesmo é válido para o direito à saúde, direito à informação e ao acesso aos meios de comunicação de massa – não apenas como receptores, mas como emissores produtores de conteúdo.

No contexto de todo esse movimento histórico em torno dos direitos sociais e em sua especificação para o nível de respeito às diferenças dos diversos segmentos sociais é que se explicita o avanço da sociedade, principalmente através de organizações no terceiro setor e de movimentos sociais, na utilização de meios de comunicação segundo suas finalidades e necessidades de comunicação. Cidadania não se dá se não houver comunicação, no sentido de partilhar o comum entre os indivíduos de uma sociedade e publicitar suas demandas. Há necessidade de uma participação explícita em ouvir e ser ouvido.



A comunicação perpassa por todas as três dimensões da cidadania, constituindo-se, ao mesmo tempo em direito civil – liberdade individual de expressão; em direito universal – através do direito à comunicação e a informação; e direito político - através do direito à uma política pública democrática de comunicação que assegure pluralidade e diversidade na representação de ideias e opiniões (LIMA, 2006). Já reconhecida pela humanidade o direito à comunicação e à informação encontra-se expresso na Declaração dos Direitos Humanos de 1948.

Entende-se assim como o termo comunicação – oriundo do latim *communicatio* / *communicare* com o sentido principal de “partilha”, “participar de algo” ou “pôr-se em comum”. Vale lembrar que a comunicação/informação praticada a partir do século XX assume uma realidade própria a partir de sua expansão do sentido de “coisa comunicada” (reforçada no inglês *communication*) com o concurso das técnicas de transmissão de informação e da publicidade. O foco na interação, que é uma instância inerente à partilha comunicacional, se perdeu e terminou sobrevalendo o significado de transmissão de mensagens. Essa “comunicação/informação” não reflete o *communicatio*, objeto desta reflexão.

A comunicação exige respeito pelo interlocutor e uma postura a favor da participação e da interação, em uma concepção democrática da vida. Segundo Paulo Freire (1977, p.67) “A comunicação implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto esse comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo”.

Ou seja, uma vez que, o emissor e receptor afetam-se mutuamente e não existe comunicação entre desiguais, faz sentido que o estabelecimento da cidadania é também um processo de comunicação. Assim como a comunicação, o objetivo da cidadania é a inserção do indivíduo na vida social, reconhecendo no outro um igual, em uma relação de respeito e reconhecimento entre indivíduos livres e iguais. A concepção de Paulo Freire (2002) é que o diálogo autêntico – a comunicação – só ocorre quando os intervenientes do processo estão em igualdade, princípio básico da cidadania.

Especificamente quando falamos de América do Sul, da comunicação controlada e a ausência de diálogo entre grupos sociais, deve-se considerar os aspectos do colonialismo e do capitalismo periférico. Esses são os elementos que explicam a chegada tardia dos veículos de comunicação (a começar pela imprensa escrita), bem como a dependência das mídias referente ao apoio econômico do Estado, e possibilitam a compreensão do desenvolvimento de uma sociedade marcada pela exclusão de grande



parcela de indivíduos, e até um certo desinteresse demonstrando uma passividade diante do exercício da cidadania.

Como afirmava o sociólogo Herbert de Souza “o termômetro que mede a democracia numa sociedade é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação” (SOUZA apud GUARESCHI, 2000).

Uma destas “ideias” seria o próprio conceito de desenvolvimento, que entre nós está vinculado ao conceito de desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico, geralmente medido pelo acesso ao consumo. O valor não está em ser e sim em ter, e assim tem-se dado o desenvolvimento dos povos latinos. Para Paulo Freire (2002) no entanto, o desenvolvimento implica valorizar a diversidade e reconhecer o cidadão como sujeito protagonista de sua vida e construtor da sua história. O autor visualiza o processo de desenvolvimento como a superação da cultura colonial nas sociedades latino-americanas, entendendo que estas sociedades não podem ser construídas apenas pelas elites, pois lhes faltam bases para reconhecer as necessidades de uma reforma: somente as lutas e movimentos de conscientização dos grupos subalternos podem operar mudanças. Nesse processo, a educação e a comunicação são os elementos básicos para a emancipação – construção da cidadania – das classes oprimidas.

O desenvolvimento autêntico exige cidadania, sustentabilidade e implantação de ações e estratégias de participação para a construção coletiva, e a resistência ao discurso hegemônico por meio do debate e a participação. A comunicação dialógica atua como forma de manter a consciência transitiva crítica, entendendo isso como a consciência articulada com a práxis. Para se chegar a essa consciência, que é ao mesmo tempo, desafiadora e transformadora, são imprescindíveis o diálogo crítico, a fala e a convivência. Para Paulo Freire o modelo de educação proposto pelas elites é vertical, pois forma o educando-massa, um indivíduo impossibilitado de se manifestar. Isso não seria diálogo e sim manipulação. O autor mexicano Jorge González retrata bem esta cultura verticalizada de comunicação:

Mas há outra forma de cultura / cultivo cuja carência talvez seja pior. Refiro-me à cultura/cultivo da comunicação. É ainda pior porque estamos acostumados a nos “comunicarmos”, a conversar somente para cima ou para baixo. Ensinaram-nos a ver somente quem nos dará ordens e a ver a quem daremos ordens (GONZÁLEZ, 2012, p.210).

Não há progresso humano sem diálogo, pois é no diálogo que os homens se encontram para transformar a realidade e progredir. Por uma comunicação



horizontalizada, onde o diálogo seja o cimento do conhecimento e a base verdadeira da cidadania.

Modernidade Líquida: a individualidade e os laços dissolvidos com a comunidade

Em sua obra intitulada *Modernidade Líquida* Bauman (2003) faz uma análise dos desdobramentos do processo de Modernidade, considerando que desde seu nascimento a Modernidade significou uma constante liquefação dos sólidos, isto representou para o indivíduo, o fato de sempre manter renovado o espírito de emancipação, liberdade, autonomia, que significassem um certo desprendimento do Eu com relação aos costumes, crenças, tradições. Segundo Bauman:

Essa intenção chamava, por sua vez, pela profanação do sagrado, pelo repúdio e destronamento do passado, e, antes e acima de tudo, da tradição, isto é, o sedimento ou resíduo do passado no presente; chamava pelo esmagamento da armadura protetora forjada de crenças e lealdades que permitiam que os sólidos resistissem à liquefação (BAUMAN, 2003, p.09).

A racionalidade instrumental adquiria qualidades imprescindíveis na Modernidade, enquanto meio seguro para se atingir determinados fins. No mundo da produção tudo deveria ter um propósito, um uso. O indivíduo por si só deveria contribuir para o bom funcionamento do todo, e este bom funcionamento significava: “O incontrolável progresso rumo à separação entre cada vez mais poderosos e remotos controladores e o resto, cada vez mais destituído de poder e controlado” (BAUMAN, 2003, p.65).

Em outras palavras, a noção tradicional de dever comunitário, foi perdendo força para que os deserdados pudessem ser redistribuídos como equipes de fábricas. Aqui os sólidos eram liquefeitos, para que sólidos mais sólidos do que os derretidos pudessem ser forjados. Em sua obra: *Trabalho, consumismo e novos pobres*, Bauman deixa explícita esta questão:

A ética do trabalho do início da era industrial foi uma tentativa desesperada de reconstruir, no ambiente frio e impessoal da fábrica, através do regime de comando, vigilância e punição, a mesma habilidade no trabalho que na densa rede de interação comunitária era alcançada de modo natural pelos artesãos e outros trabalhadores. (BAUMAN apud BAUMAN, 2003, p.31).



E assim se deu ao longo do tempo a liquefação dos sentimentos comunitários, o laço coesivo natural das comunidades. Assim temos uma realidade de pessoas sem perspectivas de partilhar o comum, e o único momento de partilha se resume no ajuntamento dos desenraizados no trabalho formado pelo “ novo comunitarismo”.

Neste “novo comunitarismo” o empregador dominava o trabalhador, porque detinha não somente os meios de produção, mas o território onde se dava a partilha dos desenraizados, então quem ditava as regras eram os donos de fábrica. E assim restou ao Estado a função de salvaguardar os desenraizados dando-lhes identidade.

Esta forma de organização da produção se expressou nos modelos de organização do Estado que se fez presente no mundo Capitalista (Welfare State). A ideia de Estado-nação estava firmada na afirmação da intervenção do Estado na economia. No sentido, de intermediar a relação de troca no mercado, e garantindo por outro lado, políticas que promovessem um estado de bem-estar social. Por esta razão temos um Estado até hoje funcionalista, desatento as demandas sociais emergentes do povo e para o povo.

O Estado como representação da Nação, do coletivo, era a forma política legítima de salvaguardar os direitos dos cidadãos. Com isso temos ainda um certo atrelamento do indivíduo ao território, a pátria, ao povo, a terra natal. Valores estes que não deixam de significar uma certa crença na comunidade. Hall (2005) refere-se a isto como sendo as comunidades imaginadas, onde as culturas nacionais produziram sentidos sobre a nação, os sentidos com os quais podemos nos identificar, e constroem identidades.

Bauman (2003) irá construir a noção de individualidade na Modernidade Líquida e mostrará como ela irá interferir numa avaliação pessimista do destino da



comunidade. Não poderíamos deixar de trazer novamente o tema do consumismo como forma fundamental para entendermos a individualidade moderna, o próprio Lipovetsky (2005, p.84) nos afirma que: “Para caracterizarmos a sociedade e o indivíduo moderno, não há ponto de referência mais crucial do que o consumismo”.

Vivemos segundo Bauman (2003) a era do pós-consumismo, um momento demolidor que representa de sobremaneira uma realização radical, no que concerne as formas de consumismo anteriores, e por outro lado, serve como ponte sedutora, com a noção de desengajamento. Sobre este aspecto ele afirma:

Os tempos de grande velocidade e aceleração, do encolhimento dos termos de compromisso, da flexibilização, da redução, da procura de fontes alternativas. A desregulamentação é demandada porque os poderosos não querem ser regulados, ter sua liberdade de escolha limitada e sua liberdade de movimento restrita, já não estão interessados em regular os outros. Nestes dias, a dominação não se apoia principalmente no engajamento e no compromisso; na capacidade de os dirigentes observarem de perto os movimentos dos dirigidos e coagirem-nos à obediência. Ela ganhou um novo fundamento, muito menos incômodo e menos custoso, pois requer pouco serviço: a incerteza dos governados sobre o próximo movimento dos governantes, se estes se dirigirem a fazê-lo” (BAUMAN, 2003, p.42).

No capitalismo Leve, o consumismo não precisa de engajamento. O que temos agora é uma obsessão por valores, ou mesmo, um excesso deles. Viver num mundo cheio de oportunidades significa antes, o fato de estarmos aptos a escolher, e para que as possibilidades de escolha sejam infinitas, nenhuma delas devem ser realidades duradouras, por isso, que as identidades tem um caráter efêmero e fluído.

Onde a sedução transformou-se em fator essencial para determinar a forma como consumir e se satisfazer, mesmo que por um tempo irrisório, a regra é não deixar- se fixar por padrões auto-definidos, é olhar o presente, estar informado e apto a cada vez mais consumir. O hedonismo enquanto expressão de nossa época, nunca foi tão fortalecido, pelo que alguns chamam de: a Era do Prazer.

A pragmática do comprar se transformou no código da política da vida, o que nos leva para um processo ininterrupto de despolitização, passividade e de desconfiança quanto aos destinos coletivos. E como indivíduos continuamos na luta solitária pela busca da felicidade. Aqui apenas a esfera privada sai vitoriosa, visto a maré de apatia que limitamo-nos a cuidar da saúde, preservar a própria situação material, esperar pelas férias. Tornou-se possível viver sem ideias, sem finalidades transcendentais ou



coletivas. Estamos muitos preocupados com os afazeres do dia a dia e disto não podemos desfazer-nos.

Bauman (2003) expressa justamente o indivíduo da Modernidade Líquida, como sendo um Eu desprogramado para viver no convívio social. E o próprio ambiente desértico com o qual apresentam-se as relações sociais hoje, vivemos sem dúvida a era da dessacralização da comunidade e a desintegração social em sua expressão mais bárbara.

Por outro lado, não consumimos naturalmente apenas coisas materiais que nos mantém enquanto forma orgânica. Como também consumimos: ideias, imagens, pessoas, crenças, sons, que nos façam buscar cada vez mais no íntimo, os desejos subjacentes à estrutura psíquica de cada um: cabe aos indivíduos escolherem segundo seu desejo e juízo. Portanto, o que comprar?

A escolha do objeto, da imagem, do corpo, etc, a serem consumidos varia em função da forma como a identidade na Modernidade Líquida se encontra: efêmera, descartável, vazia. Para você ser o que quer, basta ser você mesmo e estar apto às mudanças, lutando incansavelmente para conseguir realizar seus sonhos individuais. Esta introspecção marca definitivamente, uma forma de individualismo jamais visto e que sem dúvida contribuirá gradativamente para que pouco a pouco abandonemos as identidades fixas.

Nossas preocupações dizem respeito ao que vou fazer agora, o outro não é necessário, não sinto nada por ele e não me afeta em nada, e por conta disto, há uma constante redução da dependência do Eu em relação aos Outros. Pelo excesso vivemos um vazio, vazio de pessoas e sentimentos coletivos. E o paradoxo deste mundo abarrotado de informações, enunciados e de mercadorias, talvez se encontre no moderno desespero de vivermos num mundo sem sentido. Que representa muito bem, as palavras deste enunciado: “Se ao menos eu pudesse sentir alguma coisa” (LIPOVETSKY, 2005, p.55).

Esta falta de sentimento que afeta o homem moderno, consegue neutralizar o universo social, esvaziando as instituições e seus investimentos emocionais. O Eu desprendido, desengajado, despido e esvaziado, impõe sempre obstáculos à mobilização social e ao espaço público, justamente porque está obcecado por si mesmo e por seu equilíbrio pessoal. Realização que dever ser conquistada por conta própria, o que o induz a uma competição generalizada, nos moldes de um “darwinismo social”, onde não temos mais espaço para a cooperação e a solidariedade, e sim para lutarmos ferozmente



pelo nosso sonho e desejos individuais, mesmo que implique literalmente eliminar o outro, pela sobrevivência social na pós-modernidade consumista onde ter é mais importante que ser ou que estar junto.

O processo comunicacional e midiático como possibilidade da práxis da Cidadania

A reflexão acerca dos processos comunicacionais compartilhados e sua comunicação midiática é de fundamental importância para a discussão de uma cidadania ativa na sociedade pós-moderna. Uma vez que os resultados desses processos reproduziriam narrativas referentes às questões sociais tão emergentes no Brasil e América Latina, seria sim a consequência do diálogo compartilhado em sociedade. A comunicação é fundamental para a consolidação dos processos de cidadania, mas para que isso seja pleno no seu exercício é imprescindível o direito de produção e acesso à informação. Essas perspectivas nos remetem à necessidade de uma discussão sobre a democratização da informação. Segundo Lima (2006, p.11), torna-se fundamental a garantia de uma política pública que prime pela pluralidade e diversidade de ideias e opiniões.

O processo midiático, assume um fator importante na sociedade pós-moderna, enriquecida com sua gama de opções de dispositivos tecnológicos conectados 24 horas e à mão, influencia diretamente na configuração da identidade do indivíduo. O homem da sociedade contemporânea se vê em “real time” “on line” muitas vezes, diante de acontecimentos antes distante do seu dia a dia. As informações são capazes de colocá-lo em constante confronto com realidades distintas, como sugeriu Thompson (1998), processo que desencadeia uma nova forma de os sujeitos perceberem e se relacionarem com o mundo, formação de identidade.

Tiene (2005), ao discutir a comunicação e sua relação com a cidadania ativa, reforça que o processo implica a consolidação não somente o direito de exercê-la, entendida como uma posição participativa do indivíduo em face das questões públicas, podendo estar manifestada quando o cidadão reivindica seus direitos, mas também quando exerce seus deveres para com o Estado e a sociedade. A autora defende que “[...] quanto mais comunicação, mais cidadania, e quanto maior e mais qualificada for em sociedade, mais comunicacional ela será, pois estará estabelecida entre os sujeitos uma relação horizontalizada” (TIENE, 2005, p. 70).



A comunicação assume, conforme a autora, papel fundamental na discussão dos mais variados temas que permeiam a sociedade e conseqüentemente, na efetivação do debate público e na garantia da visibilidade das demandas sociais. O processo é fundamental para a consolidação dos direitos de cidadania, que se encontram instituídos.

A questão torna-se relevante a partir do momento em que se pensa a comunicação não apenas como direito de cidadania, mas também como processo necessário ao seu surgimento, manutenção, consolidação e renovação. Tiene (2005, p.70) alerta que, “[...] para poder se libertar de toda e qualquer manipulação e agir livremente, os cidadãos devem ter à disposição um sistema eficiente de difusão de informação e de forma de cultura [...]”.

Assim como Tiene (2005), outros autores defendem que a socialização da informação é fundamental à garantia do exercício pleno da cidadania. Bezzon (2004, p.18) afirma que “[...] o acesso e o direito à informação torna-se requisito básico para a efetivação da cidadania, pois só a socialização da informação poderá fornecer aos membros da sociedade civil a cidadania integral”.

Ressalta-se que os meios de comunicação assume o papel importante na divulgação de assuntos relacionados ao campo social em todas as suas esferas, e na forma com que os indivíduos passam a conceber o mundo e a se relacionar com ele. Ao abordar a questão, Lima (2001) alerta que o conceito de comunicação já teria significado “o objeto tornado comum”, “os meios físicos de transporte”, e que hoje encontra-se representada pelos meios “tecnológicos de transmissão”, como rádio, televisão, internet e etc. O autor no entanto destaca a importância também da comunicação, no seu sentido do *communicatio*, compartilhamento de diálogos, para consolidação dos processos de cidadania.

A comunicação portanto assume o sentido de coparticipação, comunhão encontro entre indivíduos. Nesse caso, está configurado o processo que se dá face a face, sem a interferência de um mecanismo de mediação tecnológico entre os sujeitos, mas que também sofreu a interferência dos processos de comunicação mediada. Como na reflexão de Thompson (1998, p. 38), para quem a comunicação tem um sentido mais amplo do que o apontado pela visão instrumentalista “[...] a crescente disponibilidade de formas simbólicas mediadas foi gradualmente alterando as maneiras nas quais as pessoas iam compreendendo o passado e o mundo além de seus contextos sociais imediatos”.



Lima (2001), ao discutir a importância dos meios de comunicação no processo de difusão de informação, destaca a importância da promoção garantida de espaços que possibilitem a comunicação no seu sentido de compartilhamento. Segundo ele, os dois processos de comunicação, que estão em polos distintos – a compartilhada, que compreende a comunicação face a face, conforme Thompson (1998), e a midiática são fundamentais para a consolidação da cidadania.

É por meio da difusão de informação que temas às vezes restritos à esfera privada ganham destaque na esfera pública. A publicitação torna-se então fundamental para o desencadeamento do debate público possível na comunicação compartilhada, que resultará em novas demandas sociais ao Estado.

O processo midiático, assume ainda um importante papel na configuração da identidade do indivíduo. O homem da sociedade contemporânea se vê diante de acontecimentos antes distante do seu dia a dia. Informações capazes de colocá-lo em constante confronto com realidades distintas, como diz Thompson (1998) o processo que desencadeia uma nova forma de os sujeitos perceberem e se relacionarem com o mundo. Ao abordar o tema, Hall (2005, p.14) lembra que “[...] somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.

A comunicação faz parte da reconfiguração do processo de identidade, principalmente a midiática, já que pode ser um dos fatores responsáveis das mudanças ocorridas na relação do homem com o mundo. O consumo de produtos midiáticos e a sua interferência na dinâmica social, conforme demonstrado, tem provocado o debate sobre as consequências da concentração midiática na sociedade, já que ela impossibilita uma visão plural dos fatos sociais e a manifestação da diversidade cultural.

Esta discussão conduz ao debate sobre a democratização da comunicação. A preocupação, aqui, extrapola o direito ao acesso à informação ou à garantia de comunicação, estendendo-se ao direito à produção de conteúdos e sua divulgação por meio de mídias alternativas e comunitárias como: rádio, TV, impresso e internet. Como cita a autora Cicilia Peruzzo:

Numa conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criaram-se instrumentos ‘alternativos’ dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto. Era uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às



formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles de estrutura então dominante, da chamada ‘grande imprensa’. Nesse patamar, a ‘nova’ comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformação, exteriorizado, sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas, etc. (PERUZZO, 1998, p.114-115).

A reflexão acerca dos processos comunicacionais compartilhados e sua comunicação midiática é fundamental para a discussão de uma cidadania ativa na sociedade pós-moderna. Uma vez que os resultados desses processos reproduziriam narrativas referentes às questões sociais tão emergentes no Brasil, seria sim a consequência do diálogo compartilhado em sociedade.

A comunicação é fundamental para a consolidação dos processos de cidadania, mas para que isso seja pleno no seu exercício é imprescindível o direito de produção e livre difusão da informação. Essas perspectivas nos remetem à necessidade de uma discussão sobre a democratização da informação e dos meios de difusão. Segundo Lima (2006, p.11) torna-se fundamental a garantia de uma política pública que prime pela “pluralidade e diversidade de ideias e opiniões”.

Considerações Finais

A comunicação não é apenas um direito de cidadania, mas também o alicerce para sua própria existência e efetivação, já que possibilita o diálogo e a troca de informações, elementos fundamentais à promoção do debate público, à articulação social em favor das mudanças estruturais da sociedade e à efetivação de direitos, portanto é fundamental entender os processos que a envolve.

Esse debate deve permear a relação da mídia com o poder, sua interferência no campo político, econômico e social, e principalmente nas questões éticas que envolvem os processos midiáticos. Ainda que alguns discursos midiáticos valorizem a ética e questões ligadas à responsabilidade social das empresas de comunicação, a prática mostra que para a mídia pouco importa: a fórmula essencial da moral midiática é comprar e vender (SODRÉ, 2002, p.63).

Na sociedade pós-moderna, marcado pelo capital e pela produção industrial, que transforma cultura em mercadoria, tudo é produzido para o consumo, inclusive ideias, ideais e partidos políticos. Nesse contexto, a cidadania passa a ser vista como uma



espécie de bem ou utilitário, algo a ser pontualmente reivindicado quando o Estado – sujeito provedor das condições necessárias ao bem-estar social, individual e coletivo – falha na sua missão. No entanto se o Estado for retratado apenas como provedor dos serviços necessários ao cidadão (e não como espaço para debate e a delimitação do próprio conceito de cidadania) faz o receptor / consumidor perder de vista não apenas a função estratégica do Estado e a dinâmica do seu funcionamento, perde também a capacidade de analisar, entender e buscar alternativa para si mesmo e para a sociedade em que vive. Resgatar o pensamento coletivo e a identidade de pertencimento como cidadão, que infelizmente houve o processo de liquefação através dos tempos, como vimos nas citações do texto, com fortalecimento do individualismo e consumismo.

No processo comunicação/informação a mídia massiva não expressa, sem interesses financistas e apatidários, o grito das comunidades com seus movimentos sociais. Há necessidade de meios de comunicação alternativos, voltados para as questões sociais, que possam difundir publicitando suas produções originárias das comunidades.

Para uma participação cidadã ativa, é fundamental o acesso e a garantia à comunicação e à informação, possibilitando a inclusão do indivíduo no debate, para que ele se sinta coparticipante dos processos sociais. Mas também é necessário o Estado, ter políticas públicas que estenda o direito à produção de conteúdo e sua divulgação por meio de mídias alternativas e comunitárias, que estão fora do núcleo dos grandes conglomerados de comunicação, legalizar rádios e jornais comunitárias e incentivar as mídias alternativas na Internet.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade:** busca por segurança no mundo atual. Tradução de: Community: seeking safty insecure world. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

_____. **Modernidade Líquida.** Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BEZZON, L.A.C. **Análise Político-Sociológica do Reencontro da Sociedade Civil Brasileira com a Cidadania e a Democracia Segundo a Perspectiva da Comunicação Pública.** In: Comunicação Pública, Campinas: Editora Alínea, 2004.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.



GUARESCHI, P. **Os Construtores da Informação** - Meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONZÁLEZ, J. A. **Entre Cultura (s) e Cibercultura@ (s):** Incursões e outras rotas não lineares. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

LIMA, V. A. **Mídia:** teoria e política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Comunicação poder e cidadania.** Rastros: Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação. Joinville, SC. Ano VII, n.7, p. 8-16, out. 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do Vazio:** Ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Tradução de Terezinha Monteiro Deutsch. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

MARTINET, A. A Linguagem Instituição Humana. IN: COHN, G. (org.). **Comunicação e Indústria Cultural.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1997.

PERUZZO, C. K. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho:** uma teoria da comunicação linear em rede. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TIENE, I. Comunicação, cidadania controle social na gestão pública. In: BEZZON, L.C. **Comunicação política e sociedade.** São Paulo: Alínea Editora, 2005. p. 65-73.